

O Caminho a Percorrer

Em muitos aspectos, Timor Leste está a empreender pela primeira vez a sua viagem rumo ao desenvolvimento. Este primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano avalia algumas das dificuldades, mas também demonstra que o empenhamento no desenvolvimento humano pode lançar o país numa nova via, pacífica e produtiva.

As perspectivas económicas imediatas de Timor Leste podem ser difíceis, mas o potencial humano é grande. Durante o longo período de colonização e ocupação, o povo de Timor Leste manteve um inextinguível desejo de liberdade. O tipo de coragem e determinação que então demonstrou ser-lhe-á muito útil nos próximos anos, em que vai enfrentar os grandes desafios do desenvolvimento humano.

- *Saúde* – As condições de saúde deixam a desejar: a esperança de vida geral é de apenas 57 anos. Muitas pessoas morrem de doenças evitáveis, como a malária, as infecções do aparelho respiratório e a diarreia. A mortalidade materna é elevada: morrem 420 mulheres por cada 100 000 nados vivos.
- *Educação* – Timor Leste ainda tem um longo caminho a percorrer na área da educação. Mais de metade da população é analfabeta.
- *Segurança alimentar* – Três quartos da população vivem em zonas rurais onde a maior parte dos agregados familiares se dedica à economia de subsistência. Contudo, a sua produtividade é baixa e, durante décadas, Timor Leste teve de importar alimentos básicos. Cerca de 45% das crianças com menos de 5 anos sofrem de insuficiência ponderal.
- *Pobreza em termos de rendimento* – Cerca de 41% da população são afectados pela pobreza de rendimento, situando-se abaixo da linha da pobreza nacional de 0,55 dólares por pessoa por dia. A percentagem de pobres é mais elevada nas zonas rurais do que nos centros urbanos: 46% em comparação com 20%. Dentre eles, os

grupos mais pobres são os dos agregados familiares que têm muitos filhos e os que têm pequenas parcelas de terras e pouco gado e os que vivem em zonas vulneráveis a cheias e à erosão dos solos.

- *Meios de subsistência sustentáveis* – Atendendo a que a população está a crescer a uma taxa anual de 2,5%, cerca de 20 000 jovens irão juntar-se todos os anos à população activa. A maioria deles procurará como meio de subsistência a agricultura e, ainda mais frequentemente, a “economia paralela”.

- *Género* – A pobreza afecta particularmente as mulheres, que têm de suportar as consequências da poluição da água e de um saneamento deficiente e que têm de dedicar uma parte do seu tempo a cuidar dos filhos doentes e de outros membros da família. As mulheres também têm menos poder e a violência com base no sexo é um problema grave, que não é participado em grande parte dos casos.

- *Recursos naturais* – O terreno é, em geral, escarpado e possui apenas uma fina camada de solo arável, uma grande parte da qual é arrastada por cheias repentinas. O petróleo e gás existentes ao largo do Mar de Timor constituem um dos recursos naturais mais valiosos.

- *Segurança humana* – Em comparação com os anos de administração indonésia e o período traumático que se seguiu ao referendo, a maioria das pessoas sente-se agora mais segura e a taxa de criminalidade, baseada nos casos participados, é baixa. Num inquérito aos agregados familiares, 43% dos inquiridos afirmaram que a maior segurança de que gozavam era a melhoria mais importante registada desde antes do período de violência.

O povo de Timor Leste manteve um desejo inextinguível de liberdade

- *Liberdade e participação* – A 30 de Agosto de 2001, uma percentagem notável – 91% – do eleitorado votou para eleger a Assembleia Constituinte; 27% dos deputados eleitos foram mulheres. As eleições presidenciais de Abril de 2002 também contaram com uma impressionante participação – mais de 86% dos eleitores acorreram às urnas.

O índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), combina três indicadores referentes a esperança de vida, conhecimentos e nível de vida, para produzir um único índice geral. Relativamente a Timor Leste, o seu valor em 1999 era 0,395 e, em 2001, 0,421, o que representa uma ligeira melhoria. O número correspondente a 1999, o ano em relação ao qual se calcularam os últimos IDH globais, é o mais baixo da Ásia e idêntico ao do Ruanda, na África Central, que, nesse ano, ficou classificado em 152º lugar na lista dos 162 países para os quais se calcularam tais índices.

No que diz respeito a uma das componentes do IDH, a longevidade, o desempenho de Timor Leste pode ser classificado de regular: a sua esperança de vida é de 57 anos, comparável à do Camboja e Mianmar (56 anos), mas é muito inferior à de outros países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), como a Indonésia (65) e o Vietname (68). O pior desempenho, em termos de IDH, regista-se em matéria de rendimento *per capita*, que, de certo modo, reflecte a ruptura de 1999. Na realidade, o rendimento *per capita* que foi estimado em 337 dólares, para 1999, colocaria Timor Leste no último lugar dessa lista de 162 países, em termos de Produto Interno Bruto (PIB).

O IDH não toma em conta as diferenças entre regiões ou grupos sociais. Embora, em princípio, se possam calcular IDH correspondentes às várias regiões ou distritos, actualmente não é possível fazê-lo em relação a cada um dos 13 distritos de Timor Leste, em virtude de os dados serem insuficientes. Contudo, os dados relativos ao período indonésio mostram que Díli apresenta o IDH mais elevado e Manufahi, o mais baixo.

Uma das diferenças mais importantes no que se refere às conquistas em matéria de

desenvolvimento humano é a que existe entre homens e mulheres. Para ajudar a avaliar essa diferença, o PNUD concebeu um índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG). Quanto maior for a desigualdade, maior a diferença entre o IDG e o IDH. Em 2001, o IDG de Timor era de 0,347, ou seja, 12% inferior ao IDH, enquanto na Indonésia e no Camboja, por exemplo, se situava a um nível apenas 1% mais baixo. Esta diferença em relação ao IDH é, em grande medida, uma consequência da diferença de rendimentos entre homens e mulheres.

O índice de pobreza humana

Em geral, a pobreza é avaliada simplesmente em termos de privação de rendimento. Mas as pessoas podem empobrecer de muitas maneiras, não só pela mera escassez de rendimentos. Podem ter falta de saúde, por exemplo, ou podem não ter acesso à educação ou podem ter poucas oportunidades de obter um emprego produtivo. A fim de levar estes aspectos em conta, o PNUD concebeu um “índice de pobreza humana” (IPH). O IPH combina indicadores de longevidade, conhecimento e capacidade de ter acesso ao que a economia, no seu conjunto, proporciona e varia entre 0 e 100: porém, neste caso, uma pontuação elevada significa um nível elevado de pobreza humana. O IPH relativo a Timor Leste era de 46,0, em 1999, e de 49,0, em 2001.

O relatório sobre o desenvolvimento humano global referente a 2001 dispôs de dados suficientes para calcular os IPH de 90 países em desenvolvimento, em 1999. Se Timor Leste tivesse sido incluído nessa lista, aumentando o total para 91, teria ficado em 81º lugar. Timor Leste apresenta o índice de pobreza humana mais elevado dos países asiáticos em relação aos quais foi possível calcular o IDH.

Objectivos para o futuro de Timor Leste

Estes indicadores revelam apenas quanto Timor Leste tem de avançar no que diz respeito a muitas dimensões do desenvolvimento humano. Mas dentro de quanto tempo deveria o país pretender conseguir essas melhorias? A Assembleia Geral da ONU já deu alguma orientação sobre o assunto, ao definir um conjunto de objectivos de desenvolvimento que deverão

Qualquer debilidade dos serviços públicos será um sério obstáculo ao desenvolvimento humano

ser alcançados até 2015. Estes abrangem a maior parte dos aspectos do desenvolvimento humano e incluem assegurar uma taxa de matrícula no ensino primário de 100%, reduzir a mortalidade infantil para menos de dois terços do seu nível em 1990 e reduzir a mortalidade materna para menos de dois terços do seu nível em 1990. Uma maneira de calcular quanto tempo Timor Leste levaria a atingir este tipo de metas seria partir do princípio de que progrediria ao mesmo ritmo dos últimos anos. Com base nisso, as notícias são optimistas: quanto à mortalidade infantil, por exemplo, Timor Leste atingiria a meta proposta até 2011.

Formar uma administração pública capaz

Nos primeiros anos de independência, o povo de Timor Leste dependerá fortemente da competência e capacidade da administração pública. Qualquer debilidade ou fracasso desta será um sério obstáculo aos progressos em termos de desenvolvimento humano. Embora, em muitos aspectos, Timor Leste esteja a formar uma nova administração a partir do zero, também herdará algumas das estruturas e o etos do seu passado colonial. A estrutura indonésia era autocrática, o que pode ter acelerado a prestação de alguns serviços. Mas, da perspectiva do desenvolvimento humano, criou um funcionalismo público com graves deficiências. Entre elas figuravam o excesso de pessoal, uma forma complexa de administração e uma cultura de dependência, que fazia com que o pessoal tivesse pouca confiança em si próprio para fazer outra coisa que não fosse “esperar as ordens” vindas dos superiores. Esta estrutura impediu muitas oportunidades de participação pública, ao mesmo tempo que promoveu a corrupção generalizada. O desenvolvimento da administração pública em Timor Leste enfrentará diversas questões cruciais. Entre elas figuras as seguintes:

- *Pessoal* – O novo governo será submetido a pressões para aumentar o número de funcionários públicos, para gerar mais emprego e para prestar mais serviços. No entanto, dada a escassez de recursos, não será possível aumentar os serviços dessa maneira, pelo que é vital que os funcionários públicos trabalhem com eficiência, reduzindo o absentismo, criando melhores sistemas de coordenação entre os departamentos governamentais, organismos de desenvolvi-

mento e ONG e assegurando uma prestação de serviços menos pesada e que reflecta uma boa relação custos/qualidade. O governo terá também de pagar salários adequados, para atrair as pessoas de Timor Leste com melhor formação, muitas das quais podem também querer trabalhar para ONG, organismos da ONU ou projectos internacionais de desenvolvimento. Durante os próximos anos, porém, o funcionalismo público irá precisar também de algum pessoal internacional que trabalhe em estreita colaboração com o pessoal local.

- *Ética e competência no trabalho* – A administração indonésia não fomentou uma forte ética laboral. O pessoal trabalhava durante poucas horas e tinha poucas responsabilidades. O novo funcionalismo público terá de estabelecer e fazer cumprir uma semana de trabalho a tempo inteiro e produtiva. A competência e desempenho do pessoal podem melhorar através do acompanhamento por técnicos e mentores que incentivem as pessoas a terem mais iniciativa.

- *Língua* – Entre eles, os habitantes de Timor Leste falam cerca de 30 línguas ou dialectos. O inquérito aos agregados familiares, realizado em 2001, concluiu que 81% da população falavam tétum, enquanto 43% sabiam falar indonésio. Apenas 5% falavam português, enquanto 2% falavam inglês. A Constituição declara que as línguas oficiais são o tétum e o português, ao mesmo tempo que prevê que o indonésio e o inglês possam ser utilizados como línguas de trabalho na administração pública. A utilização destas quatro línguas representa um desafio muito dispendioso. A Comissão de Planeamento calcula que 2000 elementos da administração pública que desempenham funções essenciais precisem de receber formação em português, 400, em tétum e cerca de 150, em indonésio. Para além disto, o governo precisará de um grupo mais pequeno de pessoas que falem inglês, para comunicar com outros países da região e com a indústria internacional do petróleo. Além disso, muitos outros funcionários públicos, nomeadamente os professores, profissionais de saúde e funcionários judiciais, precisarão de formação linguística. A tradução dos documentos oficiais será outro processo dispendioso.

A utilização destas quatro línguas representa um desafio muito dispendioso

Administração local

Timor Leste está dividido em 13 distritos e 65 subdistritos, com base nas divisões herdadas das administrações portuguesa e indonésia. A Constituição reconhece a importância da descentralização, mas, pelo menos nos primeiros anos, Timor Leste terá dificuldade em devolver uma grande parte do poder central, pelo que é provável que a descentralização assuma a forma de desconcentração, uma vez que alguns departamentos vitais – educação, saúde, agricultura, habitação e água e saneamento – abriram delegações regionais, a fim de prestarem serviços locais.

Um Grupo de Reflexão sobre a Administração Local propôs a criação de três regiões principais, oriental, ocidental e meridional, dando um estatuto especial a Díli e ao enclave de Oecussi. Neste sistema, cada região teria um Director-Geral, que trabalharia com um órgão especial, para coordenar todos os grupos com responsabilidades a nível local.

Impedir a corrupção

Timor Leste terá de fazer algo em relação à eterna questão da corrupção. Trata-se, em grande medida, de um legado do período indonésio, mas também pode surgir, se houver grandes disparidades entre os salários do sector público e os do privado e se o governo não conseguir funcionar de uma maneira equitativa e transparente. O governo pode impedir a corrupção, se criar estruturas administrativas fortes, que tenham procedimentos simples, se rejam por princípios claros de responsabilidade e tenham obrigação de prestar contas. Precisa, também, de mecanismos para exonerar políticos e funcionários públicos corruptos. A experiência de outros países indica que o melhor método consiste em criar um organismo independente anticorrupção. A Constituição também prevê a existência de duas instituições de vigilância: o gabinete do Provedor de Justiça e um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas. Todavia, estes órgãos só funcionarão devidamente, se lhes forem atribuídos os poderes suficientes e se contarem com o forte apoio dos dirigentes políticos.

O poder judicial

O governo indonésio subornava o sistema jurídico e corrompia os tribunais e a magistratura; em consequência disso, muitos timorenses tinham pouca fé nas instituições judiciais. Depois, em 1999, os tribunais foram destruídos, juntamente com uma grande parte das infra-estruturas e arquivos judiciais.

Para que o povo de Timor Leste tenha acesso aos tribunais – e para que as empresas confiem em que os contratos serão honrados – tanto o sistema civil como o penal têm de ser revistos, a fim de simplificar os seus procedimentos.

Mas o governo também terá de garantir que haja suficientes profissionais de direito – em especial juízes, advogados e defensores e agentes do ministério público. Ao mesmo tempo, terá de investir mais na gestão e administração dos tribunais, para que possam aplicar a justiça com eficiência, num contexto complexo e multilíngue.

O novo papel da sociedade civil

A independência de Timor Leste é o culminar da longa luta contra o colonialismo travada por muitos grupos da sociedade civil – organizações comunitárias, grupos religiosos, estudantes e outros. O governo indonésio mostrou-se relutante em permitir o crescimento de organizações independentes. No entanto, algumas delas conseguiram sobreviver, estando algumas das mais eficazes ligadas à Igreja Católica. Os movimentos de jovens e de estudantes também se mostraram muito activos, frequentemente com grandes riscos pessoais para os seus membros.

Um facto importante ocorrido em 1998 foi a criação do Fórum de ONG de Timor Leste, que, deste então, se tornou o principal órgão de coordenação de ONG – com 77 membros nacionais e 33 internacionais.

Estabelecer novas relações

Na era democrática, todas as organizações da sociedade civil (OSC) terão de se adaptar a circunstâncias diferentes e estabelecer novas relações com o Estado, entre si e com as organizações internacionais.

As organizações da sociedade civil precisam de canais de comunicação fortes e francos

- *Com o Estado* – as organizações da sociedade civil de Timor Leste têm de se relacionar não só com os órgãos políticos do Estado mas também com a administração pública e o poder judicial. Neste novo contexto, as OSC terão de adoptar uma nova perspectiva, ou seja, trocar a política e a tática da oposição pelas de uma parceria construtiva. Mas o governo, por sua vez, também precisa de se esforçar por alterar esta relação potencialmente difícil. Tem de reconhecer que as organizações da sociedade civil desempenharam um papel vital na luta pela independência. Agora, deve encontrar maneiras de conseguir manter a energia e empenhamento das OSC nos esforços em prol da construção de uma nova nação.

- *No seio da sociedade civil* – as OSC também terão de trabalhar umas com as outras, num espírito de estreita cooperação. É possível evitar muitos dos obstáculos potenciais e perigos latentes, assegurando canais de comunicação fortes e francos dentro das organizações e entre elas. Mas as OSC também precisam de manter uma boa comunicação com as comunidades que devem ajudar.

- *Com as organizações internacionais* – Muitos doadores públicos preferem agora canalizar pelo menos uma parte dos seus fundos, quer directa quer indirectamente, para as ONG. Isto significa que estas terão de manter relações com um grande número de organismos e terão de conhecer melhor a maneira como essas instituições funcionam.

Papéis múltiplos

As organizações da sociedade civil existentes em Timor Leste terão de actuar em muitas frentes distintas.

- *Arquitectos do desenvolvimento* – Muitas ONG e OCS desejam trabalhar numa parceria construtiva com o governo. Mas a dimensão do seu contributo para a elaboração de políticas dependerá da sua capacidade de inovar e de apresentar pontos de vista alternativos.

- *Defesa de causas* – Muitos grupos entendem que a sua principal tarefa é influenciar a acção de outros. Em vista das diferentes capacidades desses grupos, e do facto deles terem muitos interesses e objectivos comuns, pode ser muito produtiva a decisão de juntar os seus recursos e agir colectivamente.

- *Vigilância* – Em toda a parte, a governação depende de um sistema de pesos e contrapesos. Neste aspecto, os grupos da sociedade civil têm um papel importante, garantindo que o governo, o sector privado e as organizações internacionais mantenham padrões elevados. Mas só poderão fazê-lo se eles próprios mantiverem também padrões elevados, funcionando de uma forma transparente, prestando contas dos seus actos financeiros, num contexto democrático.

- *Serviços* – A principal tarefa de muitas ONG é prestar serviços – por exemplo, nas áreas da saúde, da habitação ou da educação, quer preenchendo as lacunas do governo quer complementando as actividades deste, como acontece na educação informal.

- *Informação* – As organizações da sociedade civil têm um papel importante na divulgação de informação e na promoção do debate, sendo um elo de ligação entre o governo e as comunidades locais. Por um lado, devem pressionar o governo, para que tome medidas sobre as questões em que estão mais profundamente empenhadas, mas, por outro, devem procurar maximizar a participação do público no avanço da democracia.

Todas estas OCS de Timor Leste deverão repensar o seu papel e as suas responsabilidades na era democrática – reformulando a sua visão e filosofia e certificando-se de que têm um contributo sem paralelo a dar.

O horizonte educacional

Timor Leste tem perante si um grande desafio no domínio da educação: não só tem de enfrentar um analfabetismo generalizado como tem de lidar com uma multiplicidade de línguas. O governo indonésio estava decidido a alcançar o ensino primário universal e, por volta de 1985, quase todas as aldeias tinham uma escola primária. Esta expansão do ensino levou a que muitas mais crianças se matriculassem, mas apresentava duas grandes deficiências. A primeira era a baixa qualidade: o nível do ensino deixava muito a desejar e as escolas careciam de fundos, de livros escolares e de equipamento básico. A segunda era que o governo de Jacarta tentou utilizar a educação para “indonesianizar” o povo de Timor Leste e

As crianças aprendem mais rapidamente se forem alfabetizadas na sua língua materna

recrutou muito pessoal de outros pontos do país, que podia ensinar em indonésio.

Embora, com o tempo, mais naturais de Timor Leste viessem a tornar-se professores, muitos deles não tinham ido, eles próprios, além do 4º. ano de ensino. E, como ganhavam muito pouco, tinham de ter outros empregos para sobreviver. Em consequência disso, o nível do ensino era baixo e os professores estavam frequentemente ausentes. Por sua vez, isto fazia desanimar tanto os pais como os filhos: cerca de 30% das crianças não se matriculavam sequer. As debilidades do ensino primário faziam-se também sentir no secundário. No último ano da administração indonésia, a taxa de matrícula líquida só atingiu os 36%, no nível mais baixo do ensino secundário, e de 20%, no nível mais alto do mesmo.

Antes, alguns pais mostravam-se relutantes em aceitar que os filhos fossem ensinados numa língua estrangeira por professores estrangeiros e muitos deles não tinham possibilidades de pagar as propinas. Esses obstáculos foram eliminados, mas outros há que se mantêm. O problema básico é a pobreza. Embora não seja necessário pagar propinas, enviar os filhos para a escola continua a implicar alguns custos. E muitas crianças dedicam pelo menos uma parte do seu tempo a trabalhar nas terras da família ou a realizar tarefas domésticas.

Timor Leste está actualmente a reconstruir o seu sistema educativo, mas vê-se confrontado com diversos desafios importantes, entre os quais destacaríamos:

- *Língua* – o governo decidiu introduzir progressivamente o português como a língua a utilizar no ensino. Isso criou problemas imediatos, uma vez que poucos professores falam português. Tanto os professores como os administradores das escolas devem ponderar de novo a possibilidade do ensino na língua materna. As crianças aprendem mais rapidamente se forem alfabetizadas na sua língua materna e adquirirem, depois, uma língua nacional, neste caso o português ou o tétum, como segunda língua. E quando as crianças estão a aprender as lendas e culturas na sua língua materna são mais incentivadas e apoiadas pelos pais.
- *Professores* – São dois os principais problemas que se deparam à classe docente. O primeiro é aumentar o número de professores, de modo a reduzir a razão alunos/professores, que, no ensino primário, ronda actualmente os 60. A segunda prioridade é aumentar as qualificações dos professores. Os que estudam para se tornarem professores devem ser devidamente preparados. Não só precisam de conhecer bem um novo programa de estudos e uma nova língua como terão de fomentar uma aprendizagem mais activa. Actualmente, os professores ainda recorrem aos métodos tradicionais, em que a aprendizagem assenta na memorização, em vez de incentivarem as crianças a adquirir e compreender a informação por si próprias.
- *Elaboração e reforma dos programas escolares* – Até agora, foram desenvolvidos pouco esforços em prol da elaboração e reforma dos programas, em parte em consequência das incertezas do período de transição. Deverão definir-se as disciplinas e conteúdos básicos dos programas através de vastas consultas entre professores, pais e crianças. A experiência e recursos internacionais podem também ajudar Timor Leste a aprender com as práticas de ensino de outros países e a atingir níveis aceitáveis internacionalmente.
- *Participação das comunidades* – O sistema indonésio era muito centralizado, deixando pouca margem para qualquer iniciativa local, quer da parte dos professores quer da dos pais, desperdiçando assim potencialidades em termos de empenhamento e de energia. Se os professores, pais e líderes das comunidades assumirem conjuntamente a responsabilidade por dirigir as escolas, investirão provavelmente mais tempo e energia nelas e orgulhar-se-ão mais do que eles e os seus filhos conseguirem realizar.
- *Ensino técnico e formação profissional* – O sistema de formação profissional indonésio tinha pouco que ver com as necessidades reais do local de trabalho. Assim, o governo, em conjugação com os empregadores locais, terá de reformular o sistema para formar jovens, dando-lhes competências em áreas onde há procura.

A universidade poderia concentrar-se na formação de professores

- *Educação terciária* – A Universidade de Timor Leste pode ver-se confrontada com muitos estudantes insuficientemente qualificados que se concentram em cursos que não oferecem grandes perspectivas de emprego. Deveria, por conseguinte, rever as suas prioridades, tendo em vista tornar-se uma instituição mais pequena que desse maior importância à qualidade. E, nos próximos dez anos, deveria concentrar a maior parte dos seus recursos na escola superior de educação, para formar a nova geração de professores do ensino secundário.

Educação cívica

Também há a questão de saber qual o tipo de conhecimentos de que a população em geral precisará para apoiar o novo Estado. Até aqui, a educação cívica tem-se concentrado nos mecanismos de votação e das eleições, o que é compreensível. Mas a filosofia do desenvolvimento humano tem uma visão muito mais ampla e mais inclusiva da democracia, não apenas como um objectivo, mas como um processo permanente, uma maneira de viver. Para isso, a educação cívica deverá promover os conhecimentos cívicos, as competências cívicas e também as virtudes cívicas – os traços de carácter necessários para preservar e melhorar a governação democrática e a cidadania.

Essas capacidades são também os alicerces de uma sociedade pacífica, tanto nas relações entre comunidades como no seio dos agregados familiares, onde continua a ser exercida muita violência sobre as mulheres. Muitas outras questões podem beneficiar com a educação cívica. Uma das prioridades deveria ser educar as pessoas sobre os riscos do VIH/SIDA, acerca dos quais a maioria sabe muito pouco. Em certa medida, a educação cívica terá de começar pelos professores, contando com eles para comunicar as ideias não só nas escolas mas também na comunidade em geral.

Crescimento económico que promova o desenvolvimento humano

Para que haja progressos em matéria de desenvolvimento humano em Timor Leste será preciso iniciar uma nova via económica, tornando a agricultura mais produtiva e criando outras oportunidades, nomeadamente o turismo e a produção de petróleo e

de gás. Mas os planos de desenvolvimento económico terão de se concentrar em gerar benefícios para a maioria do povo de Timor Leste.

A devastação de 1999, que causou um enorme sofrimento humano, também teve repercussões muito graves na infra-estrutura económica e social do país. A Administração de Transição das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) e a Administração Transitória de Timor Leste (ATTTL) ajudaram a restabelecer a lei e a ordem e isto, aliado a um apoio externo substancial, ajudou a estimular uma recuperação económica nos últimos três anos. Segundo as projecções, o crescimento em 2001/2002 deverá rondar os 15%.

O maior aumento do crescimento registou-se em Díli, em consequência da construção de casas e das actividades realizadas para ir ao encontro das necessidades do pessoal internacional. Mas foi um surto temporário, que desaparecerá quando o pessoal da ONU se retirar. Em 2002/2003, é provável que esse crescimento se torne nulo.

Depois disso, uma forma mais equilibrada e sustentável de desenvolvimento poderia lançar o país numa via mais firme em direcção ao desenvolvimento. Isto exigirá investimentos substanciais para melhorar as infra-estruturas, para reforçar as capacidades das instituições, tanto do sector público como do privado, e para manter condições claras e estáveis ao nível da regulamentação. Mas, acima de tudo, requererá investimentos constantes nas pessoas – na sua saúde, educação e qualificações.

Desenvolvimento rural

No futuro previsível, a agricultura continuará a empregar quase três quartos da mão-de-obra, pelo que o núcleo central de qualquer estratégia de desenvolvimento deve ser tornar a agricultura mais produtiva, ajudando os agricultores pobres a melhorar o rendimento das suas culturas de base e desenvolvendo ao mesmo tempo as culturas para comercialização.

Qualquer plano de desenvolvimento agrícola deve também ser visto no contexto de uma estratégia geral de desenvolvimento agrícola – melhorar as estradas, o abastecimento de água e o saneamento e proporcionar microfinanciamento. Isto exi-

O objectivo deveria ser promover um crescimento com equidade

girá também um novo tipo de desenvolvimento, impulsionado pela procura local e baseado nos actuais pontos fortes das comunidades rurais, às quais serão dadas condições para executar as estratégias que melhor se ajustem às suas próprias circunstâncias e capacidades.

A primeira prioridade deverá ser permitir que as comunidades mais pobres garantam a sua segurança alimentar e atenuar a pobreza rural, reduzindo a sua vulnerabilidade aos choques climáticos e económicos. Isto significa, por exemplo, destinar uma fatia maior da ajuda aos agricultores das terras altas, ajudando-os a melhorar as suas práticas agrícolas, a introduzir sistemas de culturas naturalmente resistentes e diversificar a sua produção. Em grande parte, isto dependerá de serviços de extensão, que reforçarão a capacidade das comunidades locais no domínio da produção de culturas alimentares, da silvicultura e da zootecnia.

Embora a principal prioridade seja assegurar a produção de culturas de base, será também importante maximizar as potencialidades das culturas que geram rendimentos. Existem várias possibilidades, nomeadamente coco, cacau e caju, bem como baunilha. Mas a mais importante cultura para comercialização continua a ser o café, que é uma fonte vital de rendimento pecuniário e de divisas estrangeiras. Actualmente, o preço mundial é muito baixo, mas Timor Leste deveria poder aumentar as suas receitas provenientes do café melhorando a qualidade deste, especialmente se isso permitir que o café timorense consiga um certificado internacional de produto orgânico.

Timor Leste tem também grandes potencialidades no sector das pescas. Cerca de 10 000 famílias dependem pelo menos em parte da pesca. Os rendimentos futuros podem aumentar, graças a mais investimentos na capacidade de pesca nacional e ao licenciamento de barcos estrangeiros. O principal obstáculo é a ausência de zonas pesqueiras internacionalmente reconhecidas. A estratégia de pescas deve, no entanto, visar a sustentabilidade e proteger os interesses das comunidades piscatórias tradicionais.

Estratégia económica

Em última análise, o futuro de Timor Leste dependerá da criação de um sector privado vigoroso, capaz de gerar produção, poupanças, investimento privado e comércio. As políticas oficiais nos próximos anos deverão, por isso, apoiar condições em que o sector privado se possa expandir e prosperar. Entre as medidas mais importantes figurarão as seguintes:

- *Definir regras claras* – O governo tem de manter regras simples, transparentes e claras no que se refere às actividades do sector privado.
- *Investir no desenvolvimento humano* – em particular na saúde e na educação, para garantir que os pobres possam aproveitar as novas oportunidades.
- *Criar um sistema jurídico* – Isto implicará tratar de questões tão difíceis como os pedidos de restituição de terras e os direitos de propriedade, a formação de um sistema judicial forte e a manutenção da lei e da ordem.
- *Fomentar a estabilidade macro-económica* – Desenvolver políticas orçamental, monetária, comercial e de investimento que permitam uma afectação eficaz dos recursos.
- *Infra-estruturas* – assegurar um abastecimento fiável de energia eléctrica e água, estradas apropriadas e portos e aeroportos eficientes.

Um dos perigos de promover um rápido crescimento económico baseado no mercado é agravar as desigualdades, em especial entre zonas rurais e urbanas. Algumas destas disparidades são uma consequência do mercado livre, mas as políticas governamentais arriscam-se também a acentuar essas tendências por meio do sistema tributário ou concedendo subsídios que, na prática, só estão ao alcance dos agricultores mais ricos. O objectivo deveria, por isso, ser promover um crescimento com equidade, criando oportunidades para o sector privado e, simultaneamente, protegendo os interesses dos pobres.

Isto faz ressaltar a importância não só de impulsionar a agricultura mas também de garantir um tipo de desenvolvimento equilibrado, que permita que os benefícios se espalhem por todo o país. Para isto, será decisivo o desenvolvimento de infra-

A expansão do turismo exigirá uma estreita participação das comunidades

estruturas rurais – em particular estradas e sistemas de comunicações fiáveis, que permitam que os mercados agrícolas funcionem de uma maneira eficiente e que os agricultores mais pobres cobrem mais pelos seus produtos. Timor Leste deveria criar um sistema de financiamento rural, nomeadamente planos de microfinanciamento, em especial para as mulheres e outros grupos que podem não pertencer à mão-de-obra estruturada. A melhoria das infra-estruturas rurais deveria também promover as actividades rurais não agrícolas, como as actividades manufactureiras que exigem poucas qualificações e muita mão-de-obra e os serviços conexos. Aqui, o objectivo deveria ser aumentar as receitas dos agregados familiares rurais, em particular durante as épocas do ano em que a actividade agrícola é reduzida.

Indústria ligeira

Em 2000, a indústria representou apenas 3,5% do PIB, correspondendo a maior parte dessa percentagem a actividades em pequena escala. As empresas que empregaram mais pessoas foram as de tecelagem de tecidos tradicionais (tais) e de mobiliário. As potencialidades imediatas do sector manufactureiro são limitadas, devido a escassez de mão-de-obra qualificada, o custo de vida e salários relativamente altos, e as más ligações de transportes. As melhores opções parecem ser os têxteis e o calçado, com recurso ao investimento estrangeiro.

Turismo

Durante o período indonésio, a violência e a incerteza política afastavam os turistas. Muitos mais poderiam visitar o país no futuro, pois tem muitas atracções. Mas, mesmo neste clima mais pacífico, continua a haver muitos obstáculos a uma indústria do turismo forte; entre eles contam-se a escassez de alojamento adequado, a falta de pessoas qualificadas para explorar equipamentos turísticos e também a debilidade geral das infra-estruturas, incluindo as ligações aéreas. Embora a falta de experiência no sector do turismo possa ser vista como um inconveniente, pode também constituir uma oportunidade. Timor Leste poderia evitar muitos dos perigos sociais e ambientais de uma rápida expansão do turismo. Uma possibilidade seria tirar proveito do bom estado de conservação de Timor Leste,

concentrando-se no ecoturismo. A expansão da indústria do turismo exigirá, no entanto, uma estreita participação das comunidades, de forma a garantir que os habitantes de Timor Leste sejam parceiros e beneficiários do processo.

Petróleo e gás

Um dos factores determinantes do futuro económico do país será a maneira como venha a utilizar as receitas do petróleo e do gás. Quando Timor Leste votou a favor da independência, a UNTAET e os dirigentes timorenses renegociaram com a Austrália o tratado sobre a exploração das reservas do Mar de Timor. Este acordo é muito mais favorável do que o anterior, uma vez que Timor Leste receberá agora 90% da produção na Zona de Exploração Conjunta de Petróleo. Prevê-se que, durante duas décadas, após 2004, o país arrecade como receitas do petróleo e do gás cerca de 7 mil milhões de dólares. A opinião geral é que o país não deveria usar todas as receitas para financiar as actividades correntes, devendo antes depositar pelo menos metade dos rendimentos do petróleo num fundo fiduciário, a fim de acumular uma parte do valor para a próxima geração.

Atrair o investimento estrangeiro

Dadas a baixa taxa de poupanças e a reduzida experiência empresarial, o desenvolvimento económico e humano, através do sector estruturado, terá de ser incentivado, em grande medida, pelo investimento directo estrangeiro (IDE). O IDE pode não só impulsionar a produtividade mas também alargar o leque de escolhas em termos de desenvolvimento humano, ao permitir que os Timorenses adquiram formação e experiência, trabalhando em empresas estrangeiras. No entanto, é crucial que Timor Leste formule políticas sobre IDE democraticamente aprovadas.

O investimento directo estrangeiro poderia centrar-se numa série de sectores-chave. Um deles é o da agricultura, que beneficiaria com a participação estrangeira na transformação do café e da baunilha. Outro é o das pescas, especialmente se o governo emitisse licenças de pesca na condição de os detentores destas darem formação a timorenses ou de criarem empresas comuns com empresas locais.

Um dos factores determinantes do futuro económico do país será a maneira como venha a utilizar as receitas do petróleo e do gás

O turismo também dependerá do investimento estrangeiro, mas, também neste caso, deveria ser exigida, como condição prévia, a transferência de conhecimentos especializados para o pessoal local. No que se refere à indústria manufactureira, os melhores pontos de partida são provavelmente o vestuário, os têxteis e o calçado. Timor Leste terá, porém, de enfrentar a forte concorrência de outros países da região pela obtenção de IDE. E, para melhorar as suas possibilidades de o obter, deveria resolver várias questões, a saber:

- *Regime fundiário* – de momento não existe qualquer mecanismo para registar os títulos de propriedade de terras. E os investidores sabem que, se arrendarem terras, se arriscam a enfrentar conflitos e ocupações ilegais.
- *Uso do dólar (EUA)* – O uso do dólar tem a desvantagem de o país não poder desvalorizar a moeda para se tornar mais competitivo.
- *Custos elevados* – Os salários são muito mais elevados em Timor Leste do que na Indonésia.
- *Questões laborais* – A legislação laboral não é clara quanto aos direitos e deveres dos trabalhadores e não existem mecanismos para resolver os litígios laborais.
- *Incertezas jurídicas* – Timor Leste não possui um quadro jurídico sólido no que diz respeito à actividade empresarial. Isto acontece em muitas áreas cruciais, como seguros, falência, urbanismo, trabalho e utilização das terras, bem como na legislação sobre empresas e nos códigos de construção.

Política fiscal

As três principais fontes de financiamento serão a tributação interna, o financiamento dos doadores e as receitas do Mar de Timor. A nível interno, o governo terá de tributar a agricultura, embora não deva lançar impostos demasiado pesados, uma vez que isso poderia asfixiar o crescimento económico a longo prazo. O governo poderia também explorar novas fontes de receitas, nomeadamente os impostos sobre o jogo e outras taxas e emolumentos locais. Ao mesmo tempo, será importante intensificar a cobrança efectiva dos impostos, em

particular reduzindo o contrabando através da fronteira com a Indonésia.

Os fundos provenientes da ajuda para o desenvolvimento serão também cruciais, mas deverão ser usados judiciosamente.

Uma preocupação será evitar contrair demasiados empréstimos junto dos organismos multilaterais. Mesmo quando são concedidos em condições vantajosas podem acumular-se continuamente e transformar-se numa dívida internacional.

Timor Leste deveria ponderar a adopção de uma estratégia orçamental com quatro componentes:

1. *Controlar a despesa pública* – Dar prioridade às despesas com a saúde e a educação, para aumentar as capacidades das pessoas e fomentar o desenvolvimento humano.
2. *Evitar subsidiar os ricos* – Financiar alguns serviços públicos em parte com taxas pagas pelos utilizadores.
3. *Reforçar a confiança dos doadores* – A manutenção de uma situação estável no plano social, económico e político e o respeito pelos direitos humanos não são apenas vitais para o desenvolvimento humano; também incentivam os doadores.
4. *Fazer render as receitas do petróleo e do gás* – Utilizá-las com moderação, pois são uma oportunidade que só durará cerca de 20 anos.

A tarefa para Timor Leste é assegurar o investimento no desenvolvimento humano e incentivar a livre iniciativa, não utilizando as receitas do petróleo e do gás no consumo corrente.

O caminho a percorrer

Timor Leste tem de elaborar muitas políticas e tomar muitas decisões. O teste final de todas essas decisões, tanto na agricultura, na indústria, no turismo como na indústria do petróleo é se trazem ou não benefícios reais para as famílias pobres. Isto salienta a importância de investir nas pessoas, assegurando que tenham a saúde, os conhecimentos e a capacidade necessários para aproveitar plenamente essas novas oportunidades.

A tarefa para Timor Leste é assegurar o investimento no desenvolvimento humano